

UMA ESTRATÉGIA DAS IGREJAS

ADRIANO MOREIRA

Presidente do Instituto de Altos Estudos
da Academia das Ciências de Lisboa
Professor Emérito
da Universidade Técnica de Lisboa

1 – A palavra “*estratégia*” está secularmente ligada à arte militar, designando “a arte do comandante em chefe”, mais abrangente do que a expressão “*tática*” reservada para a arte das pequenas manobras conducentes à realização dos objetivos da estratégia. Grandes nomes, como os de César, Aníbal, Albuquerque, Napoleão, Clausewitz, ficaram como titulares excepcionais dessa arte recompensada por vitórias ou atingidas por derrotas que não lhes diminuíram a honra: este talento não dispensava, na teoria da decisão, um plano para as contingências.¹

O aperfeiçoamento da autonomia da disciplina foi conseqüentemente devido às Escolas Militares, mas acompanhando a evolução do mundo para o modelo mal conhecido do globalismo em que nos encontramos, a expressão *estratégia* também por sua vez viu globalizado o seu emprego.

¹ General Gabriel Espirito Santo, *Da Arte da Guerra à Arte Militar*, Tribuna da História, Lisboa, 2014. Clausewitz, Carl Von, *Da Guerra*, Lisboa, Perspetivas Realidades, Lisboa, 1976. Raimond Aron, *Paz e Guerra Entre as Nações*, Universidade de Brasília, 1962. General Abel Couto, *Elementos de Estratégia*, J. A. E. M., Lisboa, 1988. Friedman, George, *The Future of War*, S. Martin, Griffin Editions, Nova York, 1998.

Uma das razões foi talvez que o *poder militar* era o instrumento da *soberania* em expansão, antes da palavra *globalismo* ser usada para caracterizar a nova organização do mundo, sobretudo ocidental, em Estados que obedeciam ao preceito de Blackstone (*Commentaries on the Laws of England*, 1765-70), segundo o qual “there is and must be in every state a supreme, irresistible, absolute, and uncontrolled authority in which the right of sovereignty resides”.

Este conferido poder exigiu a detenção, tanto quanto possível, unificada, do *poder das armas*, do *poder económico*, do *poder científico*, do *poder religioso*, aparecendo o Tratado de Westphalia, de facto um conjunto de tratados, assinados entre 1644 e 1698, que impuseram ao Imperador Fernando III a manutenção da divisão religiosa do Império com a consequente diminuição da sua autoridade (Paz de Augsburg).

O famoso Sermão de Lutero, ao qual voltaremos, era de 1512, exigindo a reforma do Vaticano com a implicação de dividir a cristandade, já depois de Giovanni Della Mirandola (1463-1494) ter publicado o seu *Heptatus* (1489),

onde sustentava que o Arquiteto Supremo criara o homem, com a total liberdade, como se fosses “o criador da tua própria modelação”.²

A divisão e separação dos poderes, com relação às hierarquias das soberanias, vai ser a regra, e a Igreja Católica passou por um longo processo em relação a tal divisão entre a *esfera religiosa* e a *esfera política*, os factos frequentemente determinando que os conflitos exigissem que a relação entre ambos os poderes fossem remodelados.³

Desde a Doação de Constantino (Editum ad Silvestrem Papam) até ao tremendismo das Teses de Lutero, não foi apenas a evangelização que animou discórdias e guerras, foi, com reflexos na situação de anarquia em que entramos neste século sem bússola, que é o século XXI, aquilo que Skephen Greenblatt chamou A Grande Mudança (The Swerve – How the World Became Modern, 2012), e cujo pensamento parte do ocasional achamento, na Cooperativa de Yale, de uma perdida tradução em prosa do poema de Lucrecio – (*De rerum natura*) *A natureza das coisas*, escrito havia dois mil anos. Ali se proclama que tudo no universo é constituído por partículas universais, sementes eternas da matéria, em número infinito mas limitadas nas formas e tamanho,

² In *Les Mémoires de L'Europe*, Paris, Laffont, 1971, t. II, pag. 161.

³ Bula “Unam Sanctam”, Alejandro Bugollo, in *Legado Político do Ocidente*, Estratégia, Vol VIII, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto D. João de Castro, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1995.

movimentando-se num espaço vazio infinito, acentuando o autor esta afirmação de síntese: “O Universo não tem um criador ou arquiteto, as partículas em si não foram feitas nem podem ser destruídas. Os padrões de ordem e desordem no mundo não são um produto de qualquer esquema divino”.⁴

A preservação do texto de Lucrecio fica atribuída a Paggio Brecciolino, que em 1417 partira a caminho de um mosteiro nas vésperas da guerra dos 30 anos, acrescentando a excentricidade de se interessar por livros.

O tradutor, professor de Humanidades em Harvard, Cambridge, Massachusetts e Vermont, reuniu afirmações que consideram estar ali um texto que marcou o pensamento moderno, que inspirou artistas e pensadores de Botticelli a Galileu, e depois Freud, Darwin, Einstein.

“O mundo tal como hoje conhecemos”, uma das frases postas em evidência pelo editor, é um mundo em que se inscreve a ação do Centro Académico de Democracia Cristã, fundado em 1901, ano em que morreu a Rainha Vitória, que reinou sobre um quarto do globo, deixando aberto o caminho da guerra de 1914-1918, e do século sem bússola em que finalmente nos encontramos. Nesse

⁴ Stephen Greenblatt, *A Grande Mudança*, Club do Autor, S. A, Lisboa, 2012, pag. 168.

Portela, Feliciano Novoa, e Toledo, Javier Vilalba de Ruiz Toledo, *História da Europa através de sus Documents*, Lunweg, Barcelona, 2012. J. M. Robert, *History of the World*, Penguin Books, Londres, 1976.

pequeno intervalo deu-se em Portugal a Revolução que em 5 de Outubro implantou a República, cujo trajeto seria ensombrado pela participação nessa guerra de sacrifícios, e no ano da morte de Leon Tolstei, a 20 de Novembro, que deixou um legado ao mundo em que se incluem *Guerre et Paix* (1869), *Anna Karénine* (1878), *Les puissances des Tenébres* (1886), *La Sonate à Kreutzer* (1898), criticando a moral e a estrutura social, ao mesmo tempo que três alemães ganharam o prémio Nobel, Paul Heyse (escritor), Otto Wallach (químico), e Albercht Kossel (médico).

A Revolução envolveu Portugal no anticlericalismo, de que Afonso Costa foi o principal expoente, decretando a separação da Igreja do Estado, numa data em que *A grande mudança*, do poema, parecia que finalmente encontraria consagração do desejo de Voltaire quanto à destruição da Igreja Católica, e a previsão de Augusto Comte da chegada à idade positiva, com a afirmação das ciências humanas, em particular da história, a assegurar que o homem, pelo uso da razão, descobria os mecanismos do universo.

De facto foi uma crise de consciência de fim de século, que se traduz na dispersão dos valores do progresso e da razão nas vésperas da guerra.

O cristianismo era porém uma das grandes forças identificadoras da Europa, não obstante a divisão entre uma Europa do Norte protestante, uma Europa Católica do Centro e do Sul, e uma Europa Ortodoxa do Leste. Os fundadores do Centro assumiram o facto de que a secularização das sociedades estava em progresso, e por isso, em 1901, assumiram a responsabilidade cívica e cristã de intervir no sentido de impedir concessões sobre os seus valores essenciais, à semelhança do que se passava noutros países da Europa, no ambiente tumultuoso (1901) causado pelo decreto de Hintze Ribeiro, e pelo anticlericalismo que em Coimbra levou a desconsiderar o Bispo D. Afonso Barroso quando levantou, na Universidade, a sua voz condenatória. Um tempo marcado pela intervenção do Santo Papa Pio X, que enfrentou a separação da Igreja do Estado, ordenada antes em França em 1906 depois de revogada a Concordata assinada por Napoleão em 1801, e efetivada aqui em 1906.⁵

Mas não foi apenas o espírito da Enciclopédia, aparecido em 1756, que impulsionava os movimentos contra a Igreja, mais amplamente contra o espírito e os valores religiosos, que pareceram concretizar o caminho preconizado por Voltaire em relação à Igreja, ou as esperanças de Augusto Conte de fazer

⁵ J. Carpentier, e F. Lebrun (Coord.), *Histoire de L'Europe*, Seuil, Paris, 1994, pg. 370. Sobre a evolução do Centro ver por todas a sua Revista, Estudos, especialmente os números da *Boda de Prata*, n.º 47-48 de Março-Abril de 1926, e o da *Boda de Ouro*, n.º 298-301, de Junho a Novembro do vol. XXIX de 1951. Diogo Pacheco, *A nova geração*, Coimbra. Franco e Arménio, 198. Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Presença, 1980.

triunfar o positivismo contra as “tontarias” da teologia e da metafísica, realmente colocando a averiguação dos factos sociais (Durkeim) a eliminar qualquer inquietação com a intervenção divina, o que hoje tem lugar principal na crise mundial, que enfrentamos, com o domínio governamental da “economia política”, alheia a normativos superiores, isto é, como já foi sintetizado, que a ciência se preocupa apenas com “factos” e nunca com “valores”.

Para deixar a referência ao meu alcance sobre o tema escolhido para esta despreziosa comunicação, não será necessário lembrar a série de guerras que marcaram esta relação, sobretudo ocidental, de sociedades políticas com as sociedades civis, e destas com os seus componentes que são as pessoas, sendo cada pessoa um fenómeno que não se repete na história da humanidade.

Lembraremos apenas que não se tratou só de a relação entre o *poder religioso* e o *poder político* terem sofrido o afastamento que o segundo foi impondo ao primeiro, foi a evolução desse poder político no sentido de entender o nacionalismo como objetivo supremo de valor laico, se a expressão for admissível, o que informou variadas formas de relação entre o poder e o povo, e a cisão que, a partir da Revolução Francesa de 1789, de novo se “verificou nessa nova tabela de valores, opondo *uma luta democrática ocidental* a *um corte*

democrático soviético, cada um com os seus doutrinadores de referência, lembrando para os primeiros *Robespierre* e para segundos *Lenine*, porque entre eles existe um laço global de aproximação, que é a *violência*. O primeiro, Robespierre, defendeu-se com estas palavras: “dizem que o terrorismo é a característica do governo despótico. Então o nosso governo é despótico? Sim, se a espada que brilha na mão do herói da liberdade é como aquela de que estão armados os satélites da tirania”. O governo da Revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania”; o segundo, Lenine, foi autor das “vinte e uma condições” que levariam à violência brutal do soviétismo”.

O resultado foi entrarmos no século XXI, já chamado um século sem bússola, depois de duas guerras mundiais, a última das quais causou cinquenta milhões de mortos, mas também, lembra Jacques Barzun, de incertezas, da ciência, do niilismo, dos massacres, da ansiedade, das expectativas absurdas.

Talvez nesta data seria mais exato chamar-lhe época da juventude desamparada, que se encontra em busca de futuro, sem herança de lembranças de referências confiáveis.

No número da Ramses de 2014, que se intitula *Les jeunes vers l'explosion?*, um grupo que inclui Dominique David, Gérard-François Dumont, Cécile Maisonneuve, Emma Broughton, e Dorothee Prud'homme, os jovens postos perante o desafio de um mundo único mas perigoso, são descritos como desempregados, indigentes, dificilmente enquadráveis por valores comuns, atingidos pela recomposição anárquica da economia, da política, e até das psicologias contemporâneas: anuncia que a democracia do modelo ocidental não está no horizonte das juventudes árabes, africanas ou asiáticas; a dinâmica da revolução dos costumes pode apoiar explosões da juventude. Não deixam todavia de proclamar a esperança: mas falha a opção pela escala de valores.⁶

Atraídos pelo nacionalismo, por vezes inquietante, nas suas várias formas, mas sobretudo quando se exprime num “particularismo nacional” com uma ideologia de superioridade nacional, incompatível com o respeito por outras formas de vida, de usos, de crenças, como aconteceu com o nazismo, e sua prática, e consequência. Lembremos as palavras dolorosas de Stefan Zweig (*O Mundo de ontem*) que escreveu como que a anunciar o suicídio que cometeu em 1992: “Há muito que recusamos, na nossa própria existência, a religião dos nossos país, a sua crença numa elevação rápida e constante da humanidade; a nós, que

⁶ Biccocchi, L. e M. Levoy, *Enfants sans papiers en Europe*, Bruxelas, Picum, 2008. Dumont, G. F., *Démographie politique. Les lois de la géopolitique des populations*, Paris, Ellipses, 2007. Dossier Internet “outil de puissance”, *Politique Etrangère*, vol. 77, n.º 2, 2012.

cruelmente fomos ensinados, parece-nos banal esse otimismo precipitado perante uma catástrofe que, de uma assentada, nos fez recuar mil anos para lá de todos os avanços da humanidade”.

Outro desafio ao *credo dos valores*, foi o liberalismo nas suas afirmações mais extremas. A linha fundamental pode inscrever nomes como os de Spinoza, Locke, Montesquieu, Kant, Bentham, J. S. Mill, Jefferson, Madison, que inspiraram as Declarações de Filadélfia e da Revolução Francesa, mas que nos tempos que vivemos tem sobretudo que ver com o chamado *mercado livre* e o *governo limitado*, assumindo-se como ideologia que admite que o *próprio trabalho* é um bem alienável como qualquer outro bem. A chamada *alienação* passou a ser incorporada pela própria política, com Marx (1818-1883) a escrever, com Engels, o *Manifesto Comunista*, conduzindo doutrinariamente à conclusão de que a natureza do homem muda de acordo com as condições económicas, e politicamente ao Leninismo, ao soviétismo, e agora a um novo globalismo absolutamente adversário de valores religiosos.

Esta breve resenha teve por fim traçar um quadro de referência suficiente para abordar uma série de intervenções deste século XXI sem bússola, e que reduzio às seguintes: a) a evolução das categorias dos direitos do homem; b) a

secularização dos direitos do homem em contradição com a autoridade dos valores religiosos; c) o conflito entre a visão liberal do mercado e o Estado social; d) a estratégia das Igrejas, com particular relevo para a Igreja Católica.

Pelo que toca à primeira questão lembremos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que é um texto jurídico, logo no artigo 2.º afirma a livre invocação da sua “religião” de todos os seres humanos, o que pode entender-se, para simplificar, que coloca Kelsen na fila dos inspiradores, e secundariza a questão da origem religiosa, ou filosófica e laica, da teoria dos direitos naturais. Definitivamente são, histórica e juridicamente, as datas de 1776 (Virginia Bill of Rights), 1789 (Revolução Francesa) e 1948 (ONU) os que marcam a laicização do tema, e atenuam as reações de algumas áreas culturais contra a *ocidentalização cultural* de que seriam instrumentos. Todavia, a não existência de um *paradigma* comum para todas as áreas políticas, implica que se manifestem separadamente. A primeira geração dos Direitos Humanos, que inspirou grandemente a da ONU, tinha o assento tónico nas liberdades civis e políticas, com a circunstância de a escrita ser de mãos ocidentais, inspiradas pela concepção democrática dos que supunham ter ganho a guerra; isso implicou reservas dos novos Estados, libertado da colonização, e suspeitosos de que a opressão ocidental procurava continuar; por seu lado, o bloco soviético apontava

para a proeminência dos direitos económicos, e sociais, sendo que os mais radicais, como a China e a Coreia do Norte, acentuam a resistência aos direitos da primeira geração. Foi assim que apareceu a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981), e a Organização da Cooperação Islâmica, afirmando que o Islão é “a religião natural do homem”, produziu a sua própria declaração (1990). Talvez a crise mundial atual possa fazer desenvolver uma tendência para a Unidade, mas a problemática é de difícil racionalização.

Destacamos, como principal para nós, o facto de a Ordem dos Pactos Militares, que levou à União Europeia, com o seu precioso Conselho da Europa, teve no soviétismo uma réplica com igual objetivo. No Ocidente democrático a resposta decorrente do princípio da igual dignidade dos homens fez crescer o número de direitos humanos, e na querela entre Estado Mínimo e Estado Excessivo, fez nascer a resposta do *Estado Social*, tornando evidente que se a sua evolução é permanente a inquietação será crescentemente universal. Mas é justamente neste ponto que, não obstante a laicização do tema, e a querela sobre a fonte primeira desses direitos, surge a *autonomia da liberdade religiosa e dos seus princípios*, designadamente com o Direito de a Igreja Católica reivindicar a sua parte na criação deste património comum da humanidade, e a validade de uma premissa que é a *igual dignidade dos homens*. A secularização dos direitos do homem

protege a completa liberdade de intervenção. O Estado social, tem parte derivada do socialismo democrático, mas a presença da doutrina social da Igreja Católica é inegável, e nesta data chamada a enfrentar o que Thierry Chopin e Jean-François Janet intitularam *L'Europe libérale en question*. Passaram anos advertindo para o crescimento da crise europeia, que hoje é mundial, pondo em causa o modelo económico e social, a debilidade do crescimento económico, a política de alargamento da União sem estudos de governabilidade, as suscetibilidades nacionais, e sobretudo a distinção entre países ricos e países pobres – separados pelo antigo Limes Romano – e, dentro de cada tema, sobre a miséria a exportar a pobreza.⁷ Consideram por isso que a separação da Igreja e do Estado é hoje um ponto essencial da estratégia dos tempos que vivemos, e lembro as palavras de Frei Bento Domingos, seguindo as advertências do Prof. Fernando Catroga, para “quem desejar compreender as ambições do “religioso” e o atual mosaico europeu das relações entre Deus e César”, o que permite acentuar a atitude do Vaticano II quando apresentou a doutrina como dádiva e fonte para todos os governos.⁸

⁷ T. Chopin e J. F. Janet, *L'Europe libérale en question*, in *Commentaire*, n.º 134, 2011, pg. 433. Alain Dieckhoff, *La nation dans tous ses Etats. Les identités nationales en mouvement*, Flammarion, Paris, 2000.

⁸ Frei Bento Domingues, *Cristo Rei: a equívocos de uma festa*, in *Público*, 26-12-2006. Fernando Martin, *António Marcelino e a comunicação regional*, in *Praxis*, Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro, n.º 56, 2006, pg. 37 e sgts.

Esta liberdade é fundamental para fazer o que se chamou “reformular e alargar os valores sociais”, propósito a que não faltam intervenções como a *Pacem in Teris* de João XXIII (1963), a *Gaudium et Spes* do Vaticano II (1965), a *Octogessima Adveniens* de Paulo VI (1971), e a *Centesimus Anus* de João Paulo II.

Isto não significa, antes pelo contrário, que o poder da palavra não condicione, e até prevaleça sobre a palavra do poder, porque a evangelização do social não é uma questão afastada para a limitação da opção pessoal, como tema exclusivamente interno, porque é com o seu património espiritual que o Centro vai intervir no espaço público.⁹ Contrariando Marx que considerou a religião como ópio dos povos.

O desafiante Max Weber foi no poder religioso que colocou a força dinamizadora da organização social. Independentemente das críticas de ambas as orientações, e do consequencialismo da intervenção do primeiro no neoliberalismo ruinoso, e do segundo na versão do soviétismo, é certo que a compreensão de João Paulo II num país dominado pelo soviétismo e num mundo esquecido da Ordem da ONU pela Ordem dos Pactos Militares impostos,

⁹ José Parra Junquere, *La recomposition del lugar y papel de la religion de la Iglesia en el espacio público*. Para todos estes problemas, António Baltazar Marcelino, *A vida também se lê*, III Volume, 2001-2006. Vários ensaios em Praxis, Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro, 2006.

foi pelo uso da palavra que deu o último e definitivo golpe no Muro de Berlim e colocou o primeiro alicerce da libertação da sua Pátria. Papa peregrino, levou o poder da palavra a todas as latitudes, de preferência pela presença, e a iniciativa que chamei A Nova Doutrina de Assis foi um passo confiante, inspirado, e inspirador, do reencontro das várias orientações religiosas, com o ânimo reforçado pelo facto de a queda do soviétismo ter também libertado a fé da Igreja Ortodoxa.

É impossível esquecer a crise económica e social que abriu uma espécie de Outono Ocidental, com a intervenção da chamada New Age, em que se destaca Dan Brown com os seus *Anjos e Demónios*, mas sobretudo o *Código Da Vinci*, que refiro apenas para acrescentar a urgência de não ignorar que a autenticidade dos servidores da Igreja é um pressuposto essencial da eficácia da *palavra*, e que a releitura do Sermão de Lutero de 1512 contribuirá para assumir esta exigência sem delongas, para repor uma ética económica ao serviço do bem comum, alterar a cultura do consumismo, voltar às comunidades solidárias, temas em que insistiram tantos, como Georgino Roche.¹⁰ A *Caritas in Veritate*, terceira encíclica do Papa Bento XVI é fundamental: enumerando os desafios da atual conjuntura da crise financeira, com os seus corolários de miséria física e moral das organizações sociopolíticas, reclamando a observância dos princípios da

¹⁰ In *Praxis*, cit, 205, *Função dos bens e consumo responsável*.

doutrina social da Igreja, tendo ainda como referência a *Rerum Novarum* de 1891, advertindo que está em causa a justiça mundial. Não esqueceu porém a questão da autenticidade da Igreja, dando um extraordinário exemplo com a renúncia à cadeira de Pedro, e com isso obrigando a não ser ignorada, antes assumida, tornada visível, a necessária e urgente reforma da própria Instituição católica, eliminando os pecados próprios e respondendo à mudança do mundo com o repensar das suas interdições. O Papa Francisco assumiu com visível determinação, consciência dos riscos, e fé inquebrantável, esse *reforço da autenticidade*. Uma atitude fundamental que ajuda a dar valor à Mensagem de Assis de João Paulo II, e a chamada ao perdão dos que chamou *irmãos*, também os judeus, que excedem a violência no conflito de Israel com a Palestina, respondendo com a injustiça, e não com o respeito pelos direitos fundamentais do homem, crescendo o próprio patamar da angústia que inspirou estas palavras de Stefan Zweig, antes do suicídio depois do nazismo: “tínhamos de nos submeter sempre às exigências do Estado, de nos entregar como presas à mais estúpida das políticas, de nos adaptar às transformações mais fantásticas, por muito que nos defendêssemos; estávamos sempre agrilhoados ao coletivo que nos arrastava consigo, irresistivelmente”.¹¹

¹¹ Stefan Zweig, *O Mundo de Outrora, recordações de um europeu*, Assírio e Alvim, Lisboa, S. D., pg. 11.

Lembremos todos a prática que Mandela e o Bispo Anglicano Tutu introduziram na pacificação da África do Sul, ao proclamar “somos todos sul-africanos”, e fortalecendo o que já foi chamado “a justiça transitória”, substituindo o castigo pelo perdão concedido ao arrependimento. Uma maneira de fortalecer a imaginativa afirmação de que as religiões são as “novas nações transnacionais” (Sílvio Ferrari), que o mesmo é dizer que são componentes entrelaçados do globalismo, de que conhecemos mais os efeitos do que a completa estrutura.

Depois, chamando os muçulmanos, que sendo pregadores da paz, todavia enfrentam, como todos nós, as circunstâncias em que o *terrorismo*, também global, lhes é afixado na imagem pelas experiências apocalípticas que praticam, de que serão exemplos maiores a destruição das Torres Gêmeas em Nova York, o *desastre ferroviário* provocado em Espanha. Ter esse terrorismo incluído *valores religiosos* no seu conceito estratégico, é o facto que desafiou a intervenção do Papa Francisco quando se fez acompanhar por representantes do Judaísmo e do Corão na sua visita a Jerusalém.

E finalmente, para não alongar demais esta intervenção, a necessidade de impedir que os Ortodoxos associem a afirmação de que a primeira Roma caiu, a segunda Roma caiu (Constantinopla), a terceira Roma não cairá (Moscou), ao

projeto do *Império do Meio* que o governo da Moscovo incluiu no seu conceito estratégico, com as consequências em curso.

Por tudo, lembro finalmente a iniciativa do assassinado Secretário Geral da ONU, Hammarskjöld, que organizou na sede da ONU uma sala simples, despida, com bancos de madeira, e ao meio uma pedra translúcida sobre a qual descia um raio de luz, sala de meditação para *todas as religiões*. Uma sugestão para, pelo diálogo, conseguir o paradigma comum que presida à organização da paz do mundo, ao conceito de um valor partilhado, usando a liberdade que o direito lhes garante, e que seja finalmente obedecido, mesmo perante a laicidade em crescente – *Etsi Deus non daretur*; dando a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. E por isso, nesta celebração do Centro Académico da Democracia Cristã, na Coimbra inseparável da história portuguesa, sugiro a proposta de que na ONU, ao lado do Conselho de Segurança, seja criado um Conselho das Religiões, ativo, ouvido, interveniente, respeitado, e autêntico.

Centro Académico de Democracia Cristã - Coimbra

08/12/2014